

Eixo Temático ET-11-003 - Outros

A LOGÍSTICA REVERSA E O *TRIPLE BOTTOM LINE* DA SUSTENTABILIDADE

Adriana dos Santos Bezerra¹, Lúcia Santana de Freitas²

¹Doutora em Recursos Naturais pela UFCG/PB, Professora da União de Ensino Superior de Campina Grande/UNESC. E-mail: adriana_bezerra@hotmail.com.

²Doutora em Administração, Professora da Unidade Acadêmica de Administração e Contabilidade da UFCG/PB. E-mail: luciasf@ch.ufcg.edu.br.

RESUMO

O presente trabalho teve como objetivo identificar quais são as contribuições que o processo de logística reversa pode trazer para cada uma das dimensões da sustentabilidade conforme o modelo *Triple Bottom Line* (TBL). Para tanto, realizou-se uma revisão da literatura que buscou mostrar a evolução dos conceitos da Logística Reversa (LR) e sua relação com a sustentabilidade, considerando as três dimensões da sustentabilidade abarcadas pelo referido modelo, tendo como foco os aspectos econômicos, sociais e ambientais. Foi possível constatar que os benefícios econômicos são mais evidentes e estão relacionados com ganhos diretos e indiretos. Os ganhos diretos estão relacionados a insumos, custo, redução e recuperação de valor. Os ganhos indiretos estão relacionados à antecipação a legislação futura, proteção de mercado, imagem 'verde' e ainda com a melhor relação entre cliente/fornecedor. Em relação à dimensão social foi possível observar que esta tem recebido pouca atenção da literatura existente, mesmo este sendo este um fator crítico para avaliar o comprometimento da empresa com a sustentabilidade. As discussões sobre a influência da LR na dimensão social são praticamente inexistentes e consideram em sua maioria apenas a sua capacidade de contribuir para geração de emprego e renda com a atividade de reciclagem, sem atentar para outros possíveis benefícios sociais, tais como saúde e segurança no trabalho e a redução da contaminação do meio ambiente. Sobre os benefícios ambientais com a prática de LR, a literatura encontrada aborda a redução da poluição do solo, da água e do ar, o aumento da vida útil dos aterros, a melhoria das condições de saúde pública, a redução de resíduos sólidos, podendo evitar ainda a escassez de recursos ambientais. Contudo, para que os benefícios econômicos, sociais e ambientais sejam concretizados é imprescindível ter atividades de LR coerentemente estruturadas e avaliadas frequentemente.

Palavras-chave: Logística Reversa; Dimensões da Sustentabilidade; *Triple Bottom Line*.

INTRODUÇÃO

O aumento da escala de produção decorrente da padronização e mecanização do trabalho após a Revolução Industrial aliado ao poder das mídias de massa difundiram o acesso aos bens e serviços e incentivaram o consumo, bem como, as alterações nos padrões da demanda dos consumidores aumentaram as exigências por maior disponibilidade de estoque e rapidez nas entregas. Neste sentido, a atividade de distribuição ganhou a importância devido à necessidade de escoar o excedente de produção, tornando-se imprescindível viabilizar a redução do intervalo entre produção e demanda, com a integração das diversas áreas das empresas para satisfazer os clientes com redução de custos e otimização de tempo e espaço.

Neste contexto, a logística empresarial se desenvolveu, influenciada pela logística militar utilizada como estratégia para ganhar guerras, passando então a ser empregada como estratégia na criação de valor, tornando os produtos disponíveis no momento correto e nas condições e locais desejados pelos clientes.

Entretanto, é a partir da década de 1980 que a atividade logística torna-se ainda mais relevante, passando a ser considerada pelo seu potencial competitivo e não mais como um centro de custo, visando a ajustar estrategicamente produção e consumo, tornando-se uma das

principais ferramentas para uma organização conquistar e fidelizar clientes, propiciando disponibilidade de produtos e agilidade nas entregas.

Como evolução da logística tradicional surge a logística reversa, pela necessidade de acompanhar o ciclo de vida e mercadológico dos produtos, que por algum motivo necessitem retornar ao ciclo de negócios, tais como produtos com pouco uso, consumidos, defeituosos ou dentro da garantia, obsoletos, com validade vencida ou mesmo produtos que tiverem a substituição precoce proposital como estratégia para alavancar as vendas e conquistar novos mercados pretendidos pelas empresas.

A princípio, as primeiras descrições de logística reversa foram apresentadas por Lambert; Stock em 1981, que descreveram como "indo na direção errada em uma rua de mão única, porque a grande maioria dos embarques de produtos flui em uma mesma direção". No entanto, as primeiras definições sobre o termo "Logística Reversa" surgiram apenas nos anos 90 com as publicações do *Council of Logistics Management* (CLM). Ao longo da evolução dos conceitos de Logística Reversa observou-se que na busca por consolidação de conceitos a temática foi tratada inicialmente sobre o papel estratégico para redução de custos e em seguida sobre oportunidades obtidas pelo gerenciamento de fluxos, oportunidade de ganhos por diferenciação de imagem corporativa e recaptura de valor.

Na visão de Donato (2008) quando uma empresa que recebe um produto como consequência de devolução, por qualquer motivo, já está aplicando conceitos de Logística Reversa, bem como, aquele que compra materiais recicláveis para transformá-los em matéria-prima. Contudo, o referido autor ressalta a existência de uma confusão conceitual entre Logística Verde e Logística Reversa, por se tratar de uma ciência em desenvolvimento, lembrando que a Logística Verde ou Ecológica é a parte da logística que se preocupa com os aspectos e impactos ambientais causados pela atividade logística, considerando apenas como atividade Ecológica quando o retorno de materiais resulta em algum ganho ambiental, tendo como finalidade o Desenvolvimento Sustentável. Sobre essa questão Xavier; Corrêa (2013) observam que enquanto a LR prioriza as três dimensões conforme o conceito do *Triple Bottom Line* (TBL) ou o tripé da sustentabilidade considerando os requisitos sociais, ambientais e econômicos, a logística verde focaliza apenas a dimensão ambiental.

Recentemente observa-se uma tendência crescente em considerar a importância dos aspectos ambientais relacionados aos referidos fluxos reversos, principalmente pela necessidade de atender às questões ambientais impostas pela legislação ou pelo mercado consumidor. Neste sentido, na literatura referente ao tema Logística Reversa passou a abordar com frequência a redução de resíduos no meio ambiente pela restituição destes ao setor produtivo competente para reaproveitamento ou destinação adequada. Neste contexto, observa-se a visão da logística reversa tem sido ampliada como instrumento de desenvolvimento econômico e social, sendo igualmente essencial para viabilização de práticas sustentáveis almejadas na atualidade.

Após a comparação dos diversos conceitos, para que seja possível concentrar maior atenção nas metas de sustentabilidade pretendidas pelas empresas, torna-se coerente tratar a LR, para fins deste estudo a partir do modelo *Triple Bottom Line*, priorizando as três dimensões da sustentabilidade: social, ambiental e econômica, conforme a visão de Xavier e Corrêa (2013), que defendem que a LR deve priorizar requisitos sociais, ambientais e econômicos. Diante do exposto, o presente ensaio tem como objetivo identificar quais são as contribuições do processo de logística reversa de produtos pós-venda e pós-consumo a partir das dimensões da sustentabilidade conforme o modelo *Triple Bottom Line*.

LOGÍSTICA REVERSA E O TRIPLE BOTTOM LINE (TBL)

Logística de bens de pós-consumo e de pós-venda

O fluxo de produtos e materiais segue primeiramente por canais de distribuição diretos e se inicia com a entrada de matérias-primas indo até o consumidor final, podendo passar neste trajeto por fabricantes, atacadistas, varejistas. No caso dos canais de distribuição reversos, estes seguem o fluxo contrário, partindo do mercado consumidor ou de outro ponto ao longo do canal

para retorno, reuso, recuperação para aproveitamento das partes ou reciclagem, para upgrade (modificação na configuração para atualização) ou ainda para incineração ou descarte.

Neste sentido, Leite (2003) observa que existem duas categorias de canais de distribuição reversos, definidas como pós-consumo e pós-venda. Os canais de distribuição reversos de pós-consumo são constituídos pelo fluxo reverso de uma parcela de produtos e de materiais constituintes originados no descarte dos produtos depois de finalizada sua utilidade original e que retornam ao ciclo produtivo de alguma maneira. Nesta categoria, o referido autor observa que surgem dois subsistemas reversos: canais reversos de reciclagem e os canais reversos de reuso e o restante será dirigido a uma destinação final segura de forma que não provoque poluição ou ainda a uma destinação inadequada, provocando impactos negativos sobre o meio ambiente. Em suas considerações sobre a categoria de pós-consumo Leite (2003) incluiu ainda os produtos descartáveis que apresentam vida útil de algumas semanas.

Sobre a categoria dos canais de distribuição reversos de pós-venda, Leite (2003) assevera que são constituídos pelas diferentes formas e possibilidades de retorno de uma parcela de produtos, com pouco ou nenhum uso, que fluem no sentido inverso, do consumidor ao varejista ou ao fabricante, do varejista ao fabricante entre as empresas, motivados por problemas relacionados à qualidade em geral ou a processos comerciais entre empresas, retornando ao ciclo de negócios de alguma maneira. Compartilhando da mesma visão, Guarnieri (2005) observa que a logística reversa de pós-venda ocorre quando há a reutilização, a revenda como subproduto ou produto de segunda linha e a reciclagem de bens que são devolvidos pelo cliente a qualquer ponto da cadeia de distribuição por erros comerciais, expiração do prazo de validade e devolução por falhas na qualidade, ao varejista, atacadista ou diretamente à indústria.

A esse respeito, segundo Resende (2004), os motivos de retorno podem ser por término de validade, estoques excessivos no canal de distribuição, consignação ou problemas de qualidade. Neste sentido, o referido autor observa que o fluxo reverso de pós-venda origina-se em diferentes momentos da distribuição direta. Porém, afirma que para alguns estudiosos caso a empresa se prepare para logística reversa de um bem de pós-venda reconhece falhas, quando deveria suprimir os retornos, eliminando a logística reversa.

A evolução dos conceitos da Logística Reversa rumo à sustentabilidade

O conceito de logística e sua finalidade têm evoluído continuamente ao longo do tempo buscando incorporar as exigências impostas pelo ambiente altamente competitivo em que as organizações estão inseridas. Assim, a atividade logística passou a ter sua imagem gradativamente desvinculada de uma função puramente de distribuição, posicionando-se como um importante diferencial competitivo.

Neste sentido, Hickford; Cherrett (2007) lembram que o termo 'logística' teve origem no contexto militar, referindo-se à forma como o pessoal adquiria, transportava e armazenava materiais e equipamentos. Coronado (2007), ao abordar a evolução da logística, salienta que ao longo da história do homem, o poder e a capacidade da logística nas guerras foi utilizado como um diferencial para ganhar batalhas, evidenciando o papel estratégico da logística. Para Hickford; Cherrett (2007), apenas na década de 60 o termo passou a ser adotado na comunidade de negócios, usado para se referir à forma como os recursos são adquiridos, transportados e armazenados ao longo da cadeia de abastecimento.

Desde então a logística tem se desenvolvido continuamente e na visão de Ballou (2007) alguns fatores encorajaram este desenvolvimento, destacando as alterações nos padrões e atitudes da demanda dos consumidores que impulsionaram o surgimento de pontos de venda adicionais e passaram a demandar maior variedade de mercadorias ofertadas e entregas mais frequentes para ressurgimento. Neste contexto, o autor observa que houve o aumento da importância da atividade de distribuição, como também os custos associados. Com o intuito de reduzir custos e necessidade de melhorar a produtividade, a logística passou então a ser percebida como sendo a última fronteira para redução de custos.

A Logística Reversa (LR) passou então a fazer parte das estratégias empresariais, sendo considerada como importante fator de diferenciação e fidelização de clientes, justificando os altos investimentos de implantação necessários para seu funcionamento.

QUADRO 1. Definições de Logística reversa.

Autor (es)	Definições de LR
Stock (1992 <i>apud</i> Brito e Dekker, 2003)	[...] o termo usado frequentemente para se referir ao papel da logística na reciclagem, eliminação de resíduos e gestão de materiais perigosos; uma perspectiva mais ampla inclui todas as questões relacionadas com atividades logísticas realizadas em redução na fonte, reciclagem, substituição, reutilização de materiais e eliminação.
Rogers; Tibben-Lembke (1999)	O processo de planejamento, implementação e controle da eficiência e custo efetivo do fluxo de matérias-primas, estoques em processo, produtos acabados e as informações correspondentes do ponto de consumo para o ponto de origem com o propósito de recuperar o valor ou destinar à apropriada disposição.
Fleischmann (2000)	Logística Reversa é o processo de planejamento, implementação e controle eficiente e eficaz do fluxo de entrada e armazenamento de bens secundários e informações relacionadas, oposto ao sentido da cadeia de abastecimento tradicional para fins de recuperação de valor ou destinação adequada.
Leite (2003)	Área da logística empresarial que planeja, opera e controla o fluxo e as informações logísticas correspondentes, do retorno dos bens de pós-venda e de pós-consumo ao ciclo de negócios ou ao ciclo produtivo, por meio dos canais de distribuição reversos, agregando-lhes valor de diversas naturezas: econômico, legal, logístico, de imagem corporativa, entre outros.
Donato (2008)	Área da logística que trata dos aspectos de retornos de produtos, embalagens ou materiais ao seu centro produtivo.
Lei nº 12.305/2010, art. 3º, XII	Instrumento de desenvolvimento econômico e social caracterizado por um conjunto de ações, procedimentos e meios destinados a viabilizar a coleta e a restituição dos resíduos sólidos ao setor empresarial, para reaproveitamento, em seu ciclo ou em outros ciclos produtivos, ou outra destinação final ambientalmente adequada.
<i>Council of Supply Chain Management Professional</i> (CSCMP, 2013)	Segmento especializado da logística focado na movimentação e gestão de produtos e recursos após a venda e após a entrega ao cliente. Inclui devoluções de produtos para o reparo e/ou crédito.

Fonte: Elaborado pelos autores

Tratando sobre a evolução dos conceitos em torno da temática LR, de acordo com De Brito e Dekker (2003), foi o conselho de gerenciamento da logística (CLM) que publicou a primeira definição conhecida do conceito de Logística Reversa no início da década de 1990, com o livro de Stock em 1992. No entanto, para Rogers e Tibben-Lembke (2001), uma das primeiras descrições de LR foi dada por Lambert; Stock (1981), ao se referirem ao fluxo contrário ao usual. Em seguida, Rogers e Tibben-Lembke (1999) forneceram uma definição em que descreveram a Logística Reversa salientando sua meta e os processos envolvidos. Com base nestes conceitos iniciais e limitados de LR surge a preocupação por parte de diversos teóricos em melhor delinear sua abrangência e funções (ver Quadro 1).

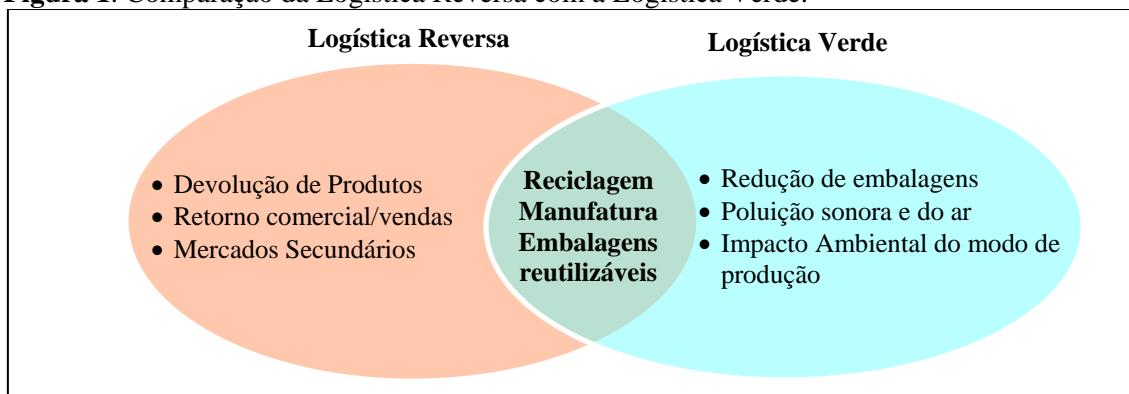
Neste sentido, De Brito e Dekker (2003), para dar margem ao fluxo de retorno de produtos que não foram consumidos ou para que os produtos possam retornar a outro ponto que não seja a origem, uma definição adequada de LR não deve se referir a “ponto de consumo”, nem a “ponto de origem”, pois os produtos podem retornar para qualquer ponto de recuperação, sem necessariamente terem sido consumidos.

Fleischmann (2000) adota uma definição abrangente, semelhante a de Rogers e Tibben-Lembke (1999), defendendo a LR como parte da logística tradicional, observando a intenção de recuperação de valor ou destinação adequada. Neste sentido, Brito e Dekker (2003) ressaltam que a LR não deve ser confundida com a gestão de resíduos, encarregada da coleta e tratamento

de resíduos para os quais não há novo uso. Desta forma, adverte ainda que o foco da LR se concentra nos fluxos onde existe algum valor a ser recuperado, e seu resultado entra em uma nova cadeia de suprimentos.

No entanto, devido à evolução e diversidade de conceitos tratados anteriormente, torna-se necessário ainda ressaltar que LR também não deve ser confundida com Logística Verde. Tratando sobre essa questão, Rogers e Tibben-Lembke (2001) demonstram as diferenças e as sobreposições entre os termos “Logística Reversa” e “Logística Verde” ao afirmar que atividades primeiramente motivadas pelas considerações ecológicas devem ser rotuladas de “logística verde” definindo-as como os esforços para medir e minimizar o impacto ambiental das atividades logísticas. Entretanto, os autores lembram que existem atividades em que os dois termos podem ser aplicados, como atividades de reciclagem, remanufatura e reutilização de embalagens, como pode ser observado na Figura 1, onde as sobreposições representam atividades comuns aos dois termos, e as demais atividades são específicas de cada termo. Como exemplo de atividade que pode ser classificada como LR e Logística Verde, os autores mencionam uso de recipientes reutilizáveis que evitem a utilização de caixas de papelão sem retorno. Por outro lado, uma atividade que resulte na redução de embalagens poderia ser incluída como atividade de Logística Verde, mas não como LR.

Figura 1. Comparação da Logística Reversa com a Logística Verde.



Fonte: Adaptado de Rogers; Tibben-Lembke (2001, p. 131).

Donato (2008), ao abordar a confusão conceitual entre os dois termos, propõe uma definição similar a Rogers; Tibben-Lembke (2001) para a logística verde, ressaltando que o termo está relacionado aos aspectos e impactos ambientais causados pela atividade logística, enquanto que a LR trata do retorno de materiais e embalagens ao processo produtivo.

Leite (2003), mesmo explicitando sua visão abrangente, corrobora com a diferenciação entre os termos ao conceituar a LR observando os diversos valores que estão agregados às atividades logísticas, tais como: econômico, legal, logístico, de imagem corporativa, entre outros. Observa-se, portanto que o conceito de LR não se restringe apenas aos valores ambientais. Essa distinção fica mais evidente com a visão de Xavier e Corrêa (2013) quando enfatizam que a LR prioriza as três dimensões da sustentabilidade (requisitos sociais, ambientais e econômicos) conforme o conceito do *Triple Bottom Line* ou Tripé da Sustentabilidade, enquanto que a Logística Verde enfoca apenas a dimensão ambiental. A partir deste mesmo viés, a Lei 12.305/10 (BRASIL, 2010) percebe a LR como instrumento de desenvolvimento econômico e social e observa os ganhos ambientais ao viabilizar a coleta e a restituição dos resíduos sólidos ao setor empresarial ou destinação final ambientalmente adequada.

Logística Reversa e as dimensões da sustentabilidade

Ao longo da relação entre o homem e natureza sempre foi possível observar modificações no meio ambiente, contudo antigamente o homem retirava apenas o suficiente para seu sustento e mesmo modificando o meio ambiente para adequá-lo às suas necessidades

percebia-se o respeito à natureza como algo divino, que impossibilitava a degradação indiscriminada. No entanto, sobre essa relação Donato (2008) observa que o ser humano sempre precisou dos recursos naturais para sobreviver, contudo apenas a partir da Revolução Industrial a degradação ambiental tomou uma dimensão muito maior, impossibilitando a recuperação da natureza no mesmo ritmo da degradação.

A preocupação com a degradação ambiental só surgiu a partir do momento em que passou nitidamente a influenciar a qualidade de vida da humanidade. Neste sentido, Dias (2008) lembra que a conscientização ambiental ao longo da segunda metade do século XX ocorreu paralelamente ao aumento das denúncias sobre os problemas de contaminação do meio ambiente, tendo como resultado um grande número de normas e regulamentos internacionais. Neste contexto, em diversos países surgiram inúmeros órgãos responsáveis pelo acompanhamento e aplicação destes instrumentos legais, como também organizações não governamentais com atuação ambiental, que passaram a pressionar governos e empresas para a adoção de políticas voltadas para um desenvolvimento sustentável.

Segundo Barbieri et al. (2010), a expressão “desenvolvimento sustentável” se popularizou a partir da Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD), realizada no Rio de Janeiro em 1992. A ideia atrelada a tal expressão de satisfazer as necessidades imediatas da humanidade sem comprometer as gerações futuras logo se difundiu mesmo se tratando de uma proposta complexa.

Para Dias (2008), embora seja um conceito amplamente utilizado, não há um consenso sobre seu significado. Contudo, o referido conceito passou a influenciar o processo de tomada de decisão das organizações até então baseados em critérios puramente econômicos. A gestão sustentável como forma de obtenção de vantagem competitiva passou então a ser ambicionada pelas organizações após a difusão do termo sustentabilidade.

Neste sentido, Seiffert (2007) ressalta que a partir do surgimento do conceito de desenvolvimento sustentável, iniciou-se um discurso cada vez mais articulado, procurando condicionar a busca de um novo modelo de desenvolvimento aliado à noção de conservação do meio ambiente. Contudo, como condição para alcançar de fato o desenvolvimento sustentável, alguns teóricos passaram a observar a necessidade de haver equilíbrio entre pressupostos básicos.

Conforme Dias (2008), o desenvolvimento sustentável nas organizações apresenta três dimensões: a social, a ambiental e a econômica. Do ponto de vista econômico, a sustentabilidade prevê que as empresas devem ser economicamente viáveis. Em termos sociais, as empresas devem satisfazer aos requisitos de proporcionar as melhores condições de trabalho aos seus empregados, procurando contemplar a diversidade cultural existente na sociedade em que atua. Do ponto de vista ambiental, as organizações devem pautar-se pela ecoeficiência dos seus processos produtivos, seguindo uma postura de responsabilidade ambiental.

Seguindo essa mesma linha de pensamento, para a inserção do conceito de sustentabilidade no contexto empresarial, surge o conceito do tripé da sustentabilidade. O conceito do ‘*triple bottom line*’ ou 3P (*People, Planet, Profit*) abrange os aspectos econômicos, social e ambiental e passou a ganhar espaço no meio acadêmico, fazendo parte das estratégias das empresas como inovação e geração de valor (ELKINGTON, 2001).

Segundo Nikolaou et al. (2012), o conceito de ‘*triple bottom line*’ (TBL) foi cunhado por Elkington em 1997, que destacou a distinção das dimensões econômica e social da sustentabilidade, que foram absorvidas pela dimensão ambiental da sustentabilidade. Ainda segundo o citado autor, apesar de existirem várias definições diferentes, com significados diferentes, a maioria dos acadêmicos concorda que os conceitos de Responsabilidade Social Corporativa, Sustentabilidade Empresarial e *Triple Bottom Line* (TBL) são semelhantes, promovendo a eficiência econômica, gestão ambiental e justiça social.

Diante do contexto de evolução de tais conceitos o processo de tomada de decisão empresarial passou a necessitar de mudanças em seu foco. Neste sentido, com a adoção do conceito do TBL as empresas com foco em ganhos financeiros passariam a ter como foco os aspectos econômicos, sociais e ambientais e a interações entre as três dimensões da

sustentabilidade. Para Presley et al. (2007), com a adoção da filosofia do tripé da sustentabilidade, uma organização assume uma posição na prosperidade econômica, qualidade ambiental e justiça social.

Na visão de Amato Neto (2011) é necessário considerar além dos aspectos anteriormente expostos a importância dos aspectos culturais, observando que o termo sustentabilidade deve ser compreendido como um conceito sistêmico, relacionado com a continuidade dos aspectos econômicos, sociais, culturais e ambientais da sociedade humana, devendo, portanto objetivar o atendimento das necessidades presentes na sociedade, sem comprometer a possibilidade de gerações futuras satisfazerem suas próprias necessidades.

Sobre as pressuposições atreladas ao conceito de Desenvolvimento Sustentável Seiffert (2007, p. 27) enfatiza a existência de cinco dimensões: ecológica, social, econômica, cultural (respeito às especificidades culturais e importância da conscientização ambiental através da educação) e geográfica ou espacial (cujo foco é a configuração rural-urbana equilibrada).

Na visão de Barbieri et al. (2010), este movimento pelo desenvolvimento sustentável trata-se de um dos movimentos sociais mais importantes deste início deste século e milênio. Desde então, este consistente conceito de desenvolvimento sustentável tem sido tomado como base por diversos teóricos, como é o caso de Seiffert (2007), que propõe ainda o acréscimo da dimensão tecnológica às dimensões mencionadas inicialmente por Sachs.

No entanto, Presley et al. (2007) afirmam que dentro deste contexto evolutivo, tomadores de decisão organizacionais têm sido sobrecarregados com uma infinidade de questões das partes interessadas, pressões por órgãos ambientais e maior consciência social para com trabalhadores, consumidores e comunidades, sendo necessário haver equilíbrio destas questões com a garantia de um retorno razoável sobre o investimento e a viabilidade da empresa em longo prazo para os acionistas da organização.

Tratando sobre a sustentabilidade no Brasil, Kronemberger (2008) observou que neste há um grande capital natural, entretanto, o uso destes recursos é, de forma geral, insustentável, sendo rapidamente dilapidado, sem trazer expressivos ganhos sociais ou econômicos. Sobre a dimensão social, constatou que o Brasil encontra-se em situação intermediária, pois enquanto alguns indicadores já alcançaram a sustentabilidade (razão de alfabetização por sexo) ou estão próximos (domicílios com iluminação elétrica e imunização contra doenças infecciosas infantis), outros se mantêm em situação insustentável, como é o caso do esgotamento sanitário no domicílio ou quase insustentável, como os indicadores de segurança. Sobre a dimensão econômica, observou que se trata de um país em desenvolvimento, com problemas estruturais sérios, entretanto, com bolsões de prosperidade e setores dinâmicos comparáveis às economias desenvolvidas (Kronemberger, 2008).

Um estudo recente conduzido em 2014 pelas Universidades de Yale e Columbia nos Estados Unidos, o Índice de Performance Ambiental 2014 (HSU *et al.*, 2014), avaliou 178 países, classificando o Brasil em 77º colocado em desempenho ambiental, sinalizando que a posição ruim do país se justifica principalmente pelo péssimo desempenho em alguns critérios como qualidade da gestão dos recursos naturais e ainda pela tendência para o aumento de intensidade de carbono, prejudicando a qualidade de vida da população.

Neste contexto, observa-se então a necessidade de adotar práticas sustentáveis que minimizem a utilização dos recursos naturais no Brasil, como é o caso da LR, atividade intimamente relacionada à sustentabilidade, que mesmo tendo seus benefícios reconhecidos, carece de detalhamento para sua implantação. Para Nardi (2013), uma vez compreendido que o conceito de sustentabilidade é algo amplo o suficiente para abarcar o conceito e justificar as práticas de logística reversa, pode-se dizer, então, que as ações de LR são capazes de impactar os agentes envolvidos no que diz respeito aos fatores ambientais, sociais e econômicos que estejam a importância da sustentabilidade.

Diante do exposto, torna-se evidente a estreita relação entre LR e sustentabilidade tendo como base o conceito do TBL, profundamente relacionado ao conceito da LR, na medida em que os processos de LR podem contribuir para a sua materialização. Neste sentido, torna-se

imprescindível observar o papel da LR em cada uma das dimensões da sustentabilidade considerados neste estudo.

Dimensão econômica e a Logística reversa

A partir do conceito do TBL observa-se na literatura que não apenas os ganhos financeiros devem ser considerados com a prática da logística reversa, sendo necessário identificar além destes, os ganhos sociais e ambientais resultantes da implementação da LR.

Tratando sobre o aspecto econômico nos canais reversos, Leite (2003) identifica oportunidades de obtenção de benefícios econômicos por meio das ações de LR observando que o objetivo econômico da implementação da logística reversa de pós-consumo pode ser entendido como a motivação para a obtenção de resultados financeiros por meio de economias obtidas nas operações industriais, principalmente pelo aproveitamento de matérias-primas secundárias, provenientes dos canais reversos de reciclagem, ou de revalorizações mercadológicas nos canais reversos de reuso e de remanufatura.

Leite (2003) observa apenas os ganhos diretos dos canais reversos de reciclagem, conseguidos pela reintegração dos materiais constituintes dos bens de pós-consumo, pela substituição de matérias-primas primárias ou fabricação de outros produtos. Considera como fontes de economia de revalorização as economias obtidas com o diferencial de preços entre as matérias-primas primárias e secundárias e com a redução no consumo de insumos. Contudo, para que exista fluxo reverso o mencionado autor observa a necessidade de alcance do objetivo econômico em todas as etapas reversas, considerando que a falta de rentabilidade em um dos elos provocaria o desequilíbrio oferta-demanda dos produtos de pós-consumo.

Sobre essa questão, Brito; Dekker (2003) entendem que os benefícios econômicos estão relacionados com ganhos diretos e indiretos em todas as ações de recuperação. Os ganhos diretos podem ser obtidos com a redução do uso de matérias-primas, agregação de valor com a recuperação ou com a redução dos custos de eliminação.

Xavier; Corrêa (2013) observam que os indicadores de desempenho econômico tendem a acompanhar as exigências do mercado que estão vinculadas geralmente aos mecanismos regulamentadores e por essa razão afirmam que a regulamentação ambiental tem impacto no desempenho financeiro das organizações produtivas.

Em suma, os ganhos diretos estão relacionados a insumos, custo, redução e recuperação de valor. Os ganhos indiretos estão relacionados à antecipação a legislação futura, proteção de mercado, imagem 'verde' e ainda com a melhor relação entre cliente/fornecedor.

Dimensão social e a Logística Reversa

Sob a ótica do TBL, além dos aspectos econômicos, a prática da LR deve resultar em benefícios sociais que de fato contribuam para a melhoria da qualidade de vida da população, que não resultem apenas em retorno financeiro da referida atividade.

Presley et al. (2007) ao abordar dimensão social, considera que esta tem recebido pouca atenção da literatura e as discussões sobre a influência da LR na dimensão social são praticamente inexistentes. Corroborando com essa percepção, Nikolaou et al. (2012), afirma que as pesquisas acadêmicas neste sentido são raras, mesmo este sendo este um fator crítico para avaliar o comprometimento da empresa com a sustentabilidade. Para Nardi (2013), os estudos existentes referem-se principalmente às questões relacionadas a emprego de pessoas que não possuem melhor qualificação, por falta de oportunidade. Buscando preencher a lacuna de estudos sobre essa questão, Sarkis et al. (2010) propõem alguns indicadores sociais em logística reversa, como a estabilidade no emprego, as práticas de emprego, saúde e segurança, o capital humano, o capital produtivo, o capital da comunidade e a influência das partes interessadas.

Neste sentido, a LR merece destaque devido a sua capacidade de contribuir para geração de emprego e renda com a atividade de reciclagem, porém, em muitos casos as condições de trabalho são precárias. Conforme Xavier e Corrêa (2013), o desempenho social das cadeias reversas pode ser avaliado principalmente pela geração de postos de trabalho, contudo, observa

que podem existir restrições em relação à atuação de catadores no caso de resíduos considerados perigosos ou até mesmo limitações de ordem técnica.

Nardi (2013) destaca algumas ações resultantes das práticas de LR sob a perspectiva social, tais como a geração de emprego aos indivíduos sem formação ou desempregados, a redução da contaminação do meio ambiente devido à destinação adequada dos resíduos sólidos urbanos e ainda a menor exposição dos indivíduos a materiais cortantes.

Logo, torna-se evidente a importância de canais reversos bem estruturados para assegurar o sustento dos sujeitos que dependem da atividade de reciclagem sem comprometimento da saúde.

Dimensão Ambiental e a Logística Reversa

Considerando os aspectos ambientais, segundo a proposta do TBL, a prática da LR deve não apenas resultar em benefícios sociais e econômicos, mas deve trazer benefícios que de fato contribuam para a redução da crescente degradação ambiental. Conforme Xavier; Corrêa (2013), o desempenho ambiental das cadeias reversas pode ser avaliado basicamente por meio do monitoramento das emissões, consumo energético e consumo de água.

Sobre estes aspectos, para Amato Neto (2011), a dimensão ambiental apresenta uma série de questões mais sérias em termos dos impactos do modelo de desenvolvimento econômico adotado ao longo do último século. Para Sarkis et al. (2010), a LR é uma estratégia organizacional que pode ajudar a desacelerar ou prevenir a degradação ambiental, podendo influenciar em uma série de questões sociais além de apenas as questões ambientais, conforme tratado anteriormente.

Conforme Nikolaou et al. (2012), os indicadores ambientais são baseados na redução de gestão de resíduos, eliminação de influências sobre a biodiversidade e minimização do impacto das emissões.

Os benefícios ambientais relacionados às práticas de LR envolvem principalmente a redução da extração de matérias-primas minimizando a degradação ambiental e redução da quantidade de resíduos descartados, com a possibilidade de reaproveitamento de produtos retornados e materiais constituintes. Outro benefício importante que devem ser considerado com a adoção de atividade de LR é o aumento da vida útil dos aterros, que com a redução da quantidade de resíduos irá adiar o esgotamento da capacidade dos aterros.

As atividades de LR podem ainda reduzir a quantidade de resíduos que fatalmente teriam disposição inadequada, em locais impróprios, trazendo graves problemas de saúde pública. Tratando sobre essa questão, na visão de Nardi (2013) os benefícios ambientais com a prática de LR são a redução da poluição do solo, da água e do ar; aumento da vida útil dos aterros; melhores condições de saúde pública; redução de resíduos sólidos e, por fim, cita que evita a escassez de recursos ambientais.

Enfim, observa-se que os ganhos ambientais decorrentes das atividades de LR, se coerentemente estruturadas, são significativos com a prevenção ou redução da degradação ambiental, influenciando diretamente na qualidade do solo, água e ar e consequentemente determinando a qualidade da saúde pública e meio ambiente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do objetivo proposto, este estudo procurou identificar quais são as contribuições que o processo de logística reversa de produtos pós-venda e pós-consumo podem trazer para cada dimensão da sustentabilidade conforme o conceito do *Triple Bottom Line* considerando os aspectos econômicos, sociais e ambientais. Por meio de uma revisão bibliográfica baseada na literatura especializada através de consulta a artigos científicos selecionados foi possível identificar, na visão dos diversos autores, os benefícios que a LR pode trazer quando coerentemente estruturada. Contudo, foi possível observar que os benefícios econômicos que podem ser obtidos com a implementação da LR recebem uma maior atenção por parte dos autores consultados. Em relação aos benefícios ambientais, estes têm recebido grande atenção por parte dos autores consultados, que enfatizam sua relevância tanto pelas determinações da

legislação como também pelo mercado consumidor, que está cada vez mais atento às questões ambientais. Sobre a percepção dos autores em relação aos benefícios sociais foi possível constatar que estes percebem a pouca atenção que tem sido dada tanto na literatura, como também nas discussões sobre a influência da LR na dimensão social. Observou-se que pesquisas acadêmicas neste sentido são raras, mesmo este sendo um fator determinante para avaliar o comprometimento das empresas com a sustentabilidade, que não se restringe apenas a geração de emprego e renda para os indivíduos sem formação ou desempregados. Por fim, cabe então salientar a necessidade de aprofundar as discussões acerca das possíveis contribuições da LR na dimensão social, para que de fato a LR se consolide como instrumento de desenvolvimento sustentável.

REFERÊNCIAS

- AMATO NETO, J. **Sustentabilidade e produção**: teoria e prática para uma gestão sustentável. São Paulo: Atlas, 2011.
- BALLOU, R.H. **Logística empresarial**: transportes, administração de materiais e distribuição física. São Paulo: Atlas, 2007.
- BARBIERI, J.C.; VASCONCELOS, I.F.G.; ANDREASSI, T.; VASCONCELOS, F.C. Inovação e sustentabilidade: novos modelos e proposições. **Rev. adm. empres.**, v. 50, n. 2, p. 146-154, 2010.
- BRASIL. **Lei nº 12.305/2010**. Política Nacional de Resíduos Sólidos. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, 2 ago. 2010.
- BRITO, M.P., DEKKER, R. **A framework for reverse logistics**. Erasmus Research Institute of Management. Report Series Research In Management. Erasmus University Rotterdam. Roterdão, Holanda, 2003. Disponível em: <<http://repub.eur.nl/pub/354/ERS-2003-045-LIS.pdf>>. Acesso em: 24 maio 2014.
- CHAVES, G.L.D.; BATALHA, M.O. Os consumidores valorizam a coleta de embalagens recicláveis? um estudo de caso da logística reversa em uma rede de hipermercados. **Gest. Prod.**, v. 13, n. 3, p. 423-434, 2006.
- CORONADO, O. **Logística integrada**. São Paulo: Atlas, 2007.
- CSCMP - Council of Supply Chain Management Professional. **Supply chain management terms and glossary**. 2013. Disponível em: <http://cscmp.org/sites/default/files/user_uploads/resources/downloads/glossary2013.pdf>. Acesso em: 21 jun. 2014.
- DIAS, R. **Gestão ambiental**: responsabilidade social e sustentabilidade. São Paulo: Atlas, 2008.
- DONATO, V. **Logística verde**: uma abordagem sócio-ambiental. Rio de Janeiro: Ciência Moderna, 2008.
- ELKINGTON, J. **Canibais com garfo e faca**. São Paulo: MAKRON Books, 2001.
- FLEISCHMANN, M. **Quantitative models for reverse logistics**. Tese de Doutorado. Erasmus University Rotterdam, 2000. Disponível em: <<http://repub.eur.nl/>>. Acesso em: 24 maio 2014.
- GUARNIERI, P.; KOVALESKI, J.L.; STADLER, C.C; OLIVEIRA, I.L. A caracterização da logística reversa no ambiente empresarial em suas áreas de atuação: pós-venda e pós-consumo agregando valor econômico e legal. **Tecnologia & Humanismo**, v. 19, n. 1, p. 120-131, 2005.
- HICKFORD, A.J.; CHERRETT, T.J. Green Logistics WM10: Developing innovative and more sustainable approaches to reverse logistics and the collection, recycling and disposal of waste products from urban centres. Literature Review Preparation Date: 29th January, 2007. Disponível em: <<http://www.greenlogistics.org>>. Acesso em: 24 maio 2014.
- HSU, A.; EMERSON, J.; LEVY, M.; SHERBININ, A.; JOHNSON, L.; MALIK, O.; SCHWARTZ, J.; JAITEH, M. **The 2014 Environmental Performance Index**. New Haven, CT: Yale Center for Environmental Law & Policy. Disponível em: <<http://www.epi.yale.edu>>. Acesso em: 24 maio de 2014.
- KRONENBERGER, D. M. P. et al. Desenvolvimento sustentável no Brasil: uma análise a partir da aplicação do barômetro da sustentabilidade. **Soc. nat.**, v. 20, n. 1, p. 25-50, 2008.

LEITE, P. R. **Logística reversa**: meio ambiente e competitividade. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2003.

NARDI, P.C.C. **Logística reversa**: proposta de um modelo para acompanhamento da sustentabilidade de um processo produtivo de Ref. PET. 2013. Tese (Doutorado em Administração de Organizações) - Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2013.

NIKOLAOU, I.E.; EVANGELINOS, K.I.; ALLAN, S. A reverse logistics social responsibility evaluation framework based on the triple bottom line approach. **Journal of Cleaner Production**, p. 1-12, 2012.

PRESLEY, A.; MEADE, L.; SARKIS, J. A strategic sustainability justification methodology for organizational decisions: A reverse logistics illustration. International. **Journal of Production Research**, v. 45, n. 18/19, p. 4595-4603, 2007.

RESENDE, E. L. **Canal de distribuição reverso na reciclagem de pneus**: estudo de caso. Dissertação de Mestrado. Departamento de Engenharia Industrial. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. DEI PUC-Rio, 2004.

ROGERS, D. S.; TIBBEN-LEMBKE, R. S. An examination of reverse logistics practices. **Journal of Business Logistics**, v. 22, n. 2, 2001.

ROGERS, D. S.; TIBBEN-LEMBKE, R. S. **Going backwards**: reverse logistics trends and practices. Reno, University of Nevada: 1999. Disponível em: <<http://www.rlec.org/reverse.pdf>>. Acesso em: 24 maio 2014.

SARKIS, J., HELMS, M.M., HERVANI, A. A. Reverse logistics and social sustainability. **Corporate Social Responsibility and Environmental Management**, v. 17, n. 6, p. 337-354, 2010.

SEIFFERT, M.E.B. **Gestão ambiental**: instrumentos, esferas de ação e educação ambiental. São Paulo: Atlas, 2007.

VERGARA, S. C. **Projetos e relatórios de pesquisa em Administração**. São Paulo: Atlas, 2007.

XAVIER, L. H.; CORRÊA, H. L. **Sistemas de logística reversa**: criando cadeias de suprimento sustentáveis. São Paulo: Atlas, 2013.